

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	5
PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
1. O REGIME DUAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL PELO TRATAMENTO IRREGULAR DE DADOS PESSOAIS	27
ANA LUISA TARTER NUNES	
Introdução	27
1. Primeira espécie: tratamento irregular por violar a legislação	30
2. Tratamento irregular por violar a expectativa de segurança do titular de dados pessoais.....	33
3. Expectativa de segurança e direito fundamental à tutela de dados pessoais	36
4. Referências.....	38
2. ESG, PROTEÇÃO DE DADOS E CONSUMO SUSTENTÁVEL	41
ANA PAULA ÁTZ E ALESSANDRA LEHMEN	
Introdução	41
1. O consumo sustentável como imperativo da sociedade de consumo atual.....	42
2. ESG, proteção de dados e promoção de práticas sustentáveis.....	45
3. Conclusão.....	48
3. (AB)USOS NO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DO CONSUMIDOR NO SETOR TURÍSTICO	49
ARDYLLIS ALVES SOARES	
Introdução	49
1. Transformação das relações de consumo turísticas	49
2. A produção e o tratamento dos dados do consumidor do turismo no meio digital.....	51
3. Práticas abusivas envolvendo dados do consumidor no turismo	54
4. Considerações finais	56

4.	A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS, O MUNDO DIGITAL E O PIONEIRISMO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: UMA HOMENAGEM À DANILO DONEDA	57
	CLAUDIA LIMA MARQUES E FERNANDO RODRIGUES MARTINS	
	Introdução	57
	1. O Código de Defesa do Consumidor e o seu caráter pioneiro na proteção de dados	60
	2. A atualização do CDC e a necessidade de aprofundar a tutela informacional do consumidor: o desafio do mundo digital.....	63
	3. Considerações finais	65
5.	VAZAMENTO DE DADOS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR	67
	CRISTIANO HEINECK SCHMITT	
	Introdução	67
	1. Sistema de responsabilidade civil no CDC	69
	2. Comentários de casos	71
	3. Conclusão.....	74
6.	A BANALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS DOS CONSUMIDORES: O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO DO HIPERVULNERÁVEL POR MEIO DO EMPREGO DA BIOMETRIA FACIAL	75
	DANIEL FIRMATO DE ALMEIDA GLÓRIA	
	Introdução	75
	1. Os dados sensíveis no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais....	76
	2. A vulnerabilidade agravada das pessoas idosas, aposentadas pela Previdência Pública.....	78
	3. A contratação virtual de empréstimos: a biometria facial como assinatura.....	80
	3.1. Os efeitos dessa prática	81
	4. Notas finais	85
7.	DETERMINISMO ALGORÍTMICO: UMA AMEAÇA REAL À INDIVIDUALIDADE DO CONSUMIDOR	87
	DENNIS VERBICARO	
	Introdução	87
	1. Entendendo os riscos de uma inteligência artificial determinista.....	88
	2. Determinismo como ferramenta secreta de poder e dominação	95
	3. Conclusão.....	98
8.	DIREITOS DA PERSONALIDADE E DADOS PESSOAIS	101
	AMANDA ROSENDO, DANIELLA DE BARCELLOS E FABIANA BARLETTA	
	Introdução	101
	1. Vulnerabilidade e dados pessoais	102
	2. O princípio fundamental da proteção de dados pessoais.....	103
	3. Violação aos direitos da personalidade em meio cibernético	106

3.1.	Do direito à privacidade na era digital.....	106
3.2.	Dignidade da pessoa humana na era digital.....	108
3.3.	Autonomia e liberdade de escolha: algoritmos de recomendação e personalização podem induzir ao que as pessoas “consomem”.....	108
3.4.	Uso de dados pessoais na segurança digital e suas implicações nos direitos da personalidade.....	109
4.	Conclusão.....	110
9.	A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A DEFESA DO CONSUMIDOR NA EFETIVIDADE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS	111
	FÁBIO TORRES DE SOUSA	
	Introdução	111
1.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	112
2.	Defesa do consumidor	114
3.	Ação dos tribunais	115
a.	Supremo Tribunal Federal (STF)	115
b.	Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	118
c.	Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).....	119
4.	Conclusão.....	120
10.	A LGPD SOB UMA PERSPECTIVA COMPARADA COM O GDPR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: ESTUDO DE CASOS DA CNIL E LIÇÕES PARA A SUA APLICAÇÃO NO BRASIL	123
	FABIOLA MEIRA DE ALMEIDA BRESEGHETTO, PIETRA CHRISTINNE CARAMALAC BRAGA E ANDRÉ CASTRO CARVALHO	
	Introdução	123
1.	Proteção de dados pessoais na França	124
2.	Estudos de casos da CNIL.....	125
2.1.	Caso Clearview AI.....	125
2.2.	Caso Criteo	127
2.3.	Caso Cityscoot.....	129
3.	Lições para o Brasil	130
3.1.	Caso Clearview AI.....	130
3.2.	Caso Criteo	131
3.3.	Caso Cityscoot.....	132
4.	Considerações finais	133
11.	PROTEÇÃO DE DADOS, TELEMARKETING E A ATUAÇÃO DA ANPD	135
	FERNANDA NUNES BARBOSA	
	Introdução	135
1.	<i>Telemarketing</i> , proteção de dados e o assédio de consumo	137
2.	A atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o primeiro caso de aplicação de sanção (<i>telemarketing</i>).....	140
3.	A proteção de dados e o direito do consumidor.....	142

12.	LGPD E CDC: DIÁLOGO DAS FONTES PARA A TUTELA DO CONSUMIDOR DIGITAL	145
	FLAVIA DO CANTO E MARCELA JOELSONS	
	Introdução	145
	1. Práticas abusivas do fornecedor no tratamento de dados pessoais dos consumidores	147
	2. O diálogo entre a LGPD e o CDC para a tutela do consumidor digital	149
	3. Considerações finais	154
13.	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA	155
	FLÁVIO HENRIQUE CAETANO DE PAULA MAIMONE	
	Introdução	155
	1. Princípios da proteção de dados	158
	2. Discriminação algorítmica e a responsabilização civil	160
	3. Considerações finais	164
14.	PERFIS E DIREITO AO ESQUECIMENTO NO MERCADO DIGITAL: INSTRUMENTO DE GARANTIA DE UM RECOMEÇO DIGITAL DOS CONSUMIDORES	167
	GUILHERME MAGALHÃES MARTINS E GUILHERME MUCELIN	
	Introdução	167
	1. Construção de uma memória algorítmica perene dos consumidores: a perfilização	168
	2. Por um recomeço do consumidor: o direito ao esquecimento no mercado digital	171
	3. Considerações finais	175
15.	AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E A INTERSEÇÃO DA PROTEÇÃO DE DADOS COM A DEFESA DO CONSUMIDOR	177
	JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA PERES FILHO	
	Introdução	177
	1. Definição de Autodeterminação Informativa	178
	1.1. Autodeterminação informativa como direito fundamental	179
	2. A Evolução da Proteção de Dados Pessoais	180
	2.1. Panorama global e as principais legislações em vigor	180
	3. O GDPR europeu e sua influência mundial	180
	4. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil	181
	5. O consumidor na era digital	181
	6. Interseção entre Proteção de Dados e Defesa do Consumidor	182
	7. Entrelaçamento dos direitos do consumidor com a proteção de dados	183
	8. Consequências da falta de proteção de dados para os consumidores	183
	9. Implicações Práticas da Autodeterminação Informativa	184
	10. Desafios Atuais e Perspectivas Futuras	185
	11. Conclusão	186

16. A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DOS USUÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE E A IMPORTÂNCIA DOS ESFORÇOS CONJUNTOS DA ANS, DO SNDC E DA ANPD EM PROL DA EFETIVIDADE DA LEI N.º 13.709/2018	187
JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA	
Introdução	187
1. Planos de saúde e objeto contratual: o bem supremo dos usuários – a vida – suscita a preservação dos dados pessoais dos consumidores	188
2. As operadoras de planos de saúde devem cumprir os ditames da Lei Federal n.º 13.709/2018 no que concerne à proteção dos dados pessoais dos usuários.....	189
2.1. O tratamento dos dados pessoais dos usuários de planos de saúde pressupõe o prévio consentimento conforme a Lei n.º 13.709/18	190
2.2. A excepcionalidade da dispensa de consentimento dos usuários dos planos de saúde e o dever das operadoras quanto às medidas de segurança diante de direitos assegurados.....	191
3. A importância dos esforços conjuntos entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e a autoridade nacional de proteção de dados pessoais com vistas à efetividade da LGPD.....	192
4. Conclusão.....	194
17. FLUÊNCIA ALGORÍTMICA: CONCRETIZAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO E DE EXPLICABILIDADE NA CONCESSÃO DO CRÉDITO AO CONSUMIDOR	195
KÁREN RICK DANILEVICZ BERTONCELLO	
1. Vulnerabilidade digital: dever de informação no mercado de crédito ao consumo e decisões automatizadas	196
2. Fluência algorítmica na concessão do crédito ao consumidor: o espelho do dever de informação na era digital	200
3. Conclusão.....	204
18. CORPO ELETRÔNICO E ESCRAVIDÃO DIGITAL: DO CONCEITO EM CONSTRUÇÃO À UTILIZAÇÃO INDEVIDA NA ESFERA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	207
KEILA PACHECO FERREIRA	
Introdução pelas palavras de deferência	207
1. Objeto da breve pesquisa e metodologia aplicada	209
2. “Corpo eletrônico”: um conceito em construção num sistema jurídico sem fôlego.....	210
3. Escravidão digital e a utilização indevida ao corpo eletrônico.....	215
4. Considerações finais.....	216
19. DIREITO À PORTABILIDADE NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	217
LAÍS BERGSTEIN	
Referências.....	224

20.	PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: A CATEGORIZAÇÃO DAS BASES LEGAIS NA LGPD	227
	LEONARDO ROSCOE BESSA	
	Introdução	227
	1. Da privacidade à proteção de dados pessoais.....	228
	1.1. A privacidade e proteção de dados pessoais na LGPD	230
	1.2. O caráter disponível e a possibilidade de restrição	233
	2. As três categorias das bases legais: a) consentimento; b) ponderação do legislador; c) ponderação do intérprete	234
21.	A PROTEÇÃO DE DADOS NO MERCOSUL	239
	LUCIANE KLEIN VIEIRA E ANDRESSA ZANFONATTO SLOGO	
	Introdução	239
	1. O MERCOSUL e a Agenda Digital.....	240
	2. O Direito do MERCOSUL em matéria de proteção de dados	242
	3. Conclusão.....	247
22.	CITAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO, DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO E O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS	249
	LUIS ALBERTO REICHELT	
	Introdução	249
	1. A citação por meio eletrônico no Código de Processo Civil no Código de Processo Civil e na Lei nº 11.419/2006. A Resolução CNJ nº 455/2022 e o Domicílio Judicial Eletrônico	250
	2. Domicílio Judicial Eletrônico, cadastramento de usuários do sistema e compartilhamento de dados. O Poder Judiciário e o tratamento de dados dos sujeitos da relação processual com vistas à comunicação de atos processuais.....	252
	3. Em sede de conclusão	255
23.	DADOS PESSOAIS, DANO MORAL PRESUMIDO E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR	257
	MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO	
	Introdução	257
	1. O caso. Distinção entre dados pessoais gerais e dados pessoais sensíveis para fins de verificação do dano reparável.	259
	2. Equívoco da decisão: considerar a natureza dos dados pessoais para fins de definição da forma de reparação dos danos	261
	3. Conclusão.....	265
24.	A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A MULTIVULNERABILIDADE DOS CONSUMIDORES: NÃO FALE COM ESTRANHOS	267
	LEONARDO TOZARINI MELLO E MARCELO GOMES SODRÉ	
	Introdução	267

1.	As novas vulnerabilidades contemporâneas: a <i>multivulnerabilidade</i>	268
2.	LGPD e a questão do consentimento: primeiro passo para proteger o <i>multivulnerável</i>	271
3.	Considerações finais	274
25.	LEI 14.181, LGPD E O CRÉDITO RESPONSÁVEL	277
	MARCUS DA COSTA FERREIRA E THALLITA MURIEL CARDOSO RODRIGUES	
26.	A GEODISCRIMINAÇÃO E A TUTELA DOS CONSUMIDORES NAS RELAÇÕES DIGITAIS	285
	MARIA LUIZA BAILLO TARGA	
	Introdução	285
1.	As práticas de <i>geoblocking</i> e <i>geopricing</i>	287
2.	A efetividade dos mecanismos de tutela dos consumidores	290
3.	Considerações finais	294
27.	FRAUDES BANCÁRIAS E A PROTEÇÃO DE DADOS DO CONSUMIDOR	295
	MARÍLIA DE ÁVILA E SILVA SAMPAIO	
	Introdução	295
1.	A passagem da vida material para a vida virtual: uma conceitualização necessária do que é o virtual.....	296
2.	A proteção dos dados pessoais no ambiente virtual de consumo	298
3.	Fraudes bancárias e a fragilização de dados pessoais: a responsabilidade das instituições financeiras	301
4.	Considerações finais	303
28.	A (HIPER)VULNERABILIDADE ELETRÔNICA DO PACIENTE NA “E-HEALTH” EM DIÁLOGO COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	305
	MAURILIO CASAS MAIA	
	Introdução	305
1.	Uma breve resenha da evolução contratual até a “Revolução 4.0”	306
2.	O paciente (hiper)vulnerável.....	309
2.1.	A proteção do paciente (hiper)vulnerável na LGPD.....	311
3.	Conclusões	314
29.	A COLETA E UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A PRÁTICA DE PUBLICIDADE DIRECIONADA: AFETAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS QUANDO DA FORMAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO DE CONSUMO	315
	PROF. DR. OSCAR IVAN PRUX E MARINA WEISS GONÇALVES	
	Introdução	315
1.	A manifestação livre e bem-informada como elemento essencial à formação do negócio jurídico	316
2.	O princípio da vulnerabilidade e a publicidade direcionada	318
3.	A proteção de dados como direito fundamental	322
4.	Conclusão.....	323

30.	SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR: TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS	325
	SANDRA BAUERMANN	
	Introdução	325
	1. Tratamento do superendividamento do consumidor no CDC: breves considerações	326
	2. A proteção e o tratamento dos dados do consumidor no tratamento do superendividamento	329
	3. Conclusão.....	332
31.	A PROTEÇÃO DE DADOS DO CONSUMIDOR E A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	333
	TÊMIS LIMBERGER	
	Introdução	333
	1. A construção do direito fundamental à proteção de dados do consumidor no direito brasileiro e sua conceituação	334
	2. As agências independentes no direito europeu: o pioneirismo francês em matéria de proteção de dados pessoais	338
	3. O modelo brasileiro de agências reguladoras e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD	341
	4. Considerações finais	342
32.	O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS SEM FORNECIMENTO DE CONSENTIMENTO DO TITULAR NA TUTELA DA SAÚDE DO CONSUMIDOR: LIMITES A PARTIR DO PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO	343
	VINICIUS CALADO E FABIANA PRIETOS PERES	
	Introdução	343
	1. Dados pessoais sensíveis e a tutela da saúde do consumidor	344
	2. O tratamento de sem fornecimento de consentimento do titular	347
	3. Limites a partir do princípio da adequação	348
	4. Considerações finais	351